

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 08/01/2016

- [Coordenação avalia ações para a infância e a juventude no Ceará](#)
- [Dois americanos detidos na Espanha após viver um mês com filho morto](#)
- [Juiz autoriza aborto de feto com anomalia](#)
- [Projeto Depoimento Especial - metodologias para escuta protegida de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência sexual](#)
- [Mulheres e meninas em Gaza continuam sentindo efeitos dos conflitos de 2014, alerta ONU](#)

Assunto: Coordenação avalia ações para a infância e a juventude no Ceará

Fonte: CNJ

Data: 08/01/2016



A Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) desenvolveu, em 2015, projetos e atividades buscando melhorar o atendimento aos jovens dos centros educacionais e aperfeiçoar as rotinas de trabalho das varas com competência em Infância e Juventude do estado. Em dezembro, a CIJ participou da assinatura de convênio que objetiva a implantação do Projeto Depoimento Especial na 12ª Vara Criminal da capital, firmado entre a corte e a Prefeitura de Fortaleza. A iniciativa

garante ambiente adequado para depoimentos de vítimas de crimes sexuais.

Em agosto e novembro, a Coordenadoria da Infância promoveu, em parceria com outras entidades, os cursos Aperfeiçoamento em Direito da Infância e da Juventude e Justiça Juvenil Restaurativa. As qualificações foram destinadas a juízes, defensores públicos, promotores de Justiça e servidores.

Além disso, a desembargadora Maria Vilauba Fausto Lopes, coordenadora da CIJ, realizou, com representantes de outros órgãos públicos, 14 visitas aos nove centros educacionais de Fortaleza a fim de aplicar melhorias nas unidades. A CIJ foi criada por meio da Resolução 17/2009, em conformidade com a Resolução 94/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Tem como missão planejar e executar as políticas públicas no âmbito da Justiça Estadual relativas à infância e à juventude.

Assunto: Dois americanos detidos na Espanha após viver um mês com filho morto

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 08/01/2016



Garoto de 7 anos estava morto há semanas, mas não apresentava sinais de violência.

Menino foi encontrado na casa onde morava na cidade de Girona, no nordeste da Espanha.

Um casal americano compareceu nesta sexta-feira (8) ante um juiz espanhol acusado de homicídio imprudente depois que a polícia encontrou em sua residência o cadáver de seu filho de 7 anos em avançado estado de decomposição.

O corpo do menino, o mais novo de três irmãos, foi encontrado na terça-feira em sua casa na cidade de Girona (no nordeste da Espanha), onde há mais de um ano este casal americano de 39 e 38 anos vive de aluguel. "A proprietária do imóvel fez uma denúncia à polícia após parar de receber o aluguel por vários meses. Quando os agentes entraram no local, ocorreu a descoberta macabra do menino morto em uma cama, como se estivesse dormindo", informou à AFP uma porta-voz da polícia.

"Estava morto há semanas e não tinha sinais de violência", acrescentou. A necropsia realizada na quinta-feira (7) descartou uma morte violenta. A polícia deteve ainda na terça-feira seus dois pais, que passaram por um exame psiquiátrico em um hospital local, enquanto os serviços sociais da região assumiram a tutela dos outros dois filhos, de 12 e 14 anos.

Segundo a imprensa local, que citou fontes próximas à investigação, eles conviveram por quase um mês com o cadáver em decomposição do menino, encontrado sobre uma cama com cobertores e lençóis na mesma casa onde sua família comia e vivia. "Eles pensam que estava dormindo", explicou a porta-voz da polícia.

Nesta sexta-feira, os pais prestaram depoimento ante um juiz, que os acusou do crime de homicídio imprudente, informou uma fonte judicial. Os pais foram deixados em liberdade provisória, mas os passaportes foram confiscados para evitar que saiam da Espanha.

Assunto: Juiz autoriza aborto de feto com anomalia
Fonte: Diário de PE
Data: 08/01/2016



O bebê havia sido diagnosticado com Síndrome de Edwards, doença cuja expectativa mediana de vida varia entre 2 e 14 dias

Uma mulher de Goiânia interrompeu a gravidez de 25 semanas - cerca de seis meses - após obter na Justiça o direito de abortar. Nos exames pré-natais, o bebê havia sido diagnosticado com Síndrome de Edwards, doença genética que causa uma série de más-formações e cuja expectativa mediana de vida varia entre 2 e 14 dias, de acordo com estudo publicado na Revista Paulista de Pediatria.

Depois de constatar que seu bebê teria a enfermidade (a segunda trissomia autossômica mais comum no mundo, acometendo um a cada 7,5 mil nascidos vivos), a gestante recorreu ao Judiciário, sustentando que o feto não sobreviveria após o parto e que ela própria, se levasse a gravidez adiante, estaria sujeita a desenvolver doenças psicológicas. O juiz Jesseir Coelho de Alcântara, da 1ª Vara Criminal de Goiânia, julgou o pedido procedente - contrariando o posicionamento do Ministério Público que se manifestou pela extinção do processo.

De acordo com o Código Penal brasileiro, em vigor desde 1940, o procedimento é considerado legal em apenas duas situações: quando há risco de vida para a mãe ou quando a gravidez é consequência de estupro. Em 2012, em uma decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que também não é crime o aborto de fetos anencéfalos (sem cérebro), que morrem logo após o parto em 99% dos casos.

"Pedimos que o caso fosse avaliado de forma análoga à decisão do Supremo sobre a anencefalia", disse um dos advogados da mulher, Antônio Henriques Leite Filho. Deu certo. Em sua sentença, o juiz afirmou que a morte do bebê era "certa" e que não haveria procedimento médico capaz de corrigir as deficiências desenvolvidas pelo feto. "A mulher gestante carregará em sua barriga, por nove meses, um ser sem vida, causando-lhe sofrimentos físicos e psicológicos. Para que impingir tal sofrimento sem necessidade?", escreveu. O advogado informou que sua cliente não daria entrevista.

Mortalidade

Das crianças nascidas vivas com a doença, causada pela trissomia do cromossomo 18, metade morre antes da primeira semana de vida e menos de 10% chegam aos 5 anos. "Se ele ainda for portador de cardiopatias ou exigir muitas cirurgias, essa expectativa é ainda menor", afirma o pediatra Paulo Henrique Manso, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto. Segundo ele, a Síndrome de Edwards, apesar de ter altas taxas de mortalidade - por causa de complicações cardíacas, ósseas, intelectuais e cognitivas -, não é incompatível com a vida.

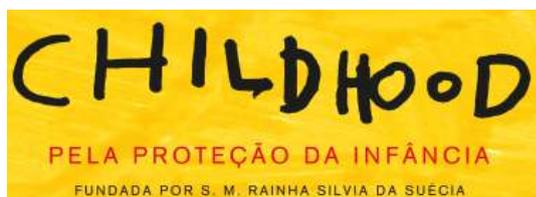
Na sentença, o juiz Jesseir de Alcântara salientou que o direito à vida não é absoluto, permitindo exceções. "O feto não tem possibilidade de sobrevivência fora do útero materno. Como consequência, não precisa de preservação", determinou. Outras decisões semelhantes, autorizando a interrupção da gestação de um bebê com Edwards, já foram expedidas no Rio e em São Paulo.

Alcântara escreveu ainda que se não permitisse o procedimento, estaria reforçando a ideia de que a interrupção da gravidez de forma clandestina seria "o único caminho viável". Pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) mostra que uma em cada cinco mulheres brasileiras se submeteu a pelo menos um aborto até os 40 anos. As informações são do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Assunto: Projeto Depoimento Especial - metodologias para escuta protegida de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência sexual

Fonte: Childhood

Data: 08/01/2016



Entre as diversas ações desenvolvidas pela **Childhood Brasil**, visando à proteção dos direitos da infância, a escuta é fator fundamental. O projeto Depoimento Especial, que começou há sete anos, nasceu a partir do reconhecimento do direito da criança e do adolescente ter como se expressar com as próprias palavras em processos judiciais. Segundo Itamar Batista Gonçalves, Gerente de Advocacy da **Childhood Brasil**, o projeto desenvolveu uma metodologia importante para proteger vítimas ou testemunhas de violência sexual.

A metodologia do Depoimento Especial propõe a redução do número de vezes que a criança deve testemunhar e recomenda espaço acolhedor e amigável, além da equipe multidisciplinar formada em entrevista forense com crianças.

Em entrevista para o blog, Itamar Gonçalves destacou a importância de métodos não revitimizantes nos sistemas de Segurança e Justiça e nos órgãos responsáveis pela proteção da infância no Brasil. “O que queremos é que os serviços atendam criança, mas não de forma de revitimizá-la. Da mesma forma, o profissional responsável pela escuta deve ter uma formação que leve em conta o perfil da criança ou adolescente e aplique metodologia necessária no processo”.

Apesar da grande conquista em relação às salas de Escuta Protegida - em 2007 era apenas uma e hoje já são mais de 100 em quase todos os estados brasileiros -, Itamar ressalta que o grande desafio é fazer a capacitação dos profissionais. “ A existência de uma equipe

multidisciplinar formada em entrevista forense com crianças é fundamental para que o testemunho da criança ou adolescente seja realizado de forma acolhedora e amigável” diz Gonçalves.

Atualmente a Childhood Brasil está concluindo a testagem do Protocolo Brasileiro, e deve apresentá-lo em março de 2016 no Seminário Nacional sobre Escuta Protegida. O grande objetivo do protocolo é criar um padrão para estabelecer diretrizes e procedimentos para escutas protegidas de crianças e adolescentes.

Outro objetivo da Childhood Brasil, com o Projeto Depoimento Especial, é fazer valer um dos objetivos previstos no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência: poder responsabilizar quem cometeu a violência ou abuso, protegendo não somente a vítima, mas demais membros no entorno dessa pessoa. “ Quando essa revelação se dá na escola, por exemplo, não precisa inquirir ou ficar compartilhando a informação com diversos profissionais. A denúncia deve ser feita e, então encaminhada aos órgãos competentes, sempre preservando a imagem da criança ou adolescente que está passando pelo processo”, conta Itamar.

O Gerente parece otimista ao falar dos objetivos futuros do projeto: “ ter aprovação do projeto de lei que normatiza atendimento à crianças vítimas de abuso e exploração sexual e pensar em serviços especiais que possam acolher essas pessoas. Integrar cada vez mais as ações de capacitação de profissionais nas cidades brasileiras.”

Assunto: Mulheres e meninas em Gaza continuam sentindo efeitos dos conflitos de 2014, alerta ONU

Fonte: ONU

Data: 08/01/2016



Cerca de 47,2 mil mulheres e meninas permanecem deslocadas, enfrentando riscos de assédio e violência de gênero. Falta de oportunidades de trabalho elevou desemprego entre público feminino a 63,6% em 2015.



De acordo com o OCHA, cerca de 24,3 mil meninas permanecem deslocadas após os conflitos de 2014, entre Gaza e Israel. Algumas vivem em meio aos destroços de suas antigas residências

O Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) chamou a atenção nesta terça-feira (5) para os impactos duradouros dos conflitos de 2014 em Gaza sobre a vida das mulheres da região. Parte das dificuldades desse público estaria associada à discriminação de gênero no interior da sociedade palestina, onde barreiras impedem o acesso das mulheres à propriedade e ao mercado de trabalho. Os confrontos teriam agravado essas vulnerabilidades já existentes e outras, vinculadas ao bloqueio israelense ao território.

De acordo com dados coletados pelo OCHA, 299 mulheres, das quais 16 estavam grávidas, e 197 meninas foram mortas ao longo das hostilidades entre Gaza e Israel, em 2014. Ao menos 790 ficaram viúvas. Cerca de 24,3 mil meninas e 22,9 mil mulheres permanecem deslocadas, vivendo em condições de risco, seja com famílias anfitriãs, seja em abrigos improvisados, tendas ou em meio aos destroços de suas casas.

Entre as preocupações destacadas pela agência da ONU, estão a falta de privacidade e a exposição crescente a assédio e violência de gênero. O Escritório afirmou que a retenção dos direitos de propriedade pelos homens palestinos impede o acesso das mulheres deslocadas à assistência humanitária relativa a alojamentos.

Outra característica da sociedade palestina que impõe dificuldades às mulheres é a tradicional divisão do trabalho, segundo a qual jovens e esposas devem ser responsáveis por administrar o lar. Apenas cerca de 20% das mulheres de Gaza em idade produtiva participam da força de trabalho do território. Os danos extensivos a terras de plantio e pastagem, causados pelos confrontos de 2014, teriam agravado a falta de oportunidades para as mulheres, cuja taxa de desemprego atingiu 63,6% em 2015. Entre os homens, a desocupação é estimada em 37%.

A precariedade das condições de vida em Gaza dificulta a recuperação econômica e produtiva da região. Mais de 70% dos domicílios recebem água encanada apenas por um período de seis a oito horas, a cada dois ou até mesmo quatro dias. Toda a população enfrenta blecautes diários que duram de 12 a 16 horas. As dificuldades levam famílias a adotar mecanismos de cooperação negativos, como retirar crianças das escolas e casar suas filhas o mais cedo possível.

De acordo com o OCHA, essa prática envolvendo o matrimônio das jovens palestinas é vista como uma maneira de proteger as mulheres, além de “reduzir o fardo econômico”. O casamento precoce, no entanto, limita severamente as oportunidades de desenvolvimento pessoal das palestinas em Gaza. O Escritório estima que 28,6 e 2,6% das mulheres de até 49 anos no território se casaram antes de completarem 18 e 15 anos, respectivamente.